

## AUTORIZAÇÃO

### AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

nº. DO DOCUMENTO: 2100.01.0008306/2024-05

O Supervisor Regional da Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade **NOROESTE**, no uso de suas atribuições, com base no inciso I do parágrafo único do art. 38 do Decreto nº. 47.892, de 23 de março de 2020, concede ao requerente abaixo relacionado a **AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL** em conformidade com normas ambientais vigentes. Certificado emitido eletronicamente.

| TIPO DE REQUERIMENTO DE INTERVENÇÃO AMBIENTAL              | NÚMERO DO DOCUMENTO     | UNIDADE DO SISEMA RESPONSÁVEL PELO PROCESSO |
|--|-------------------------|---|
| Ambiental<br>Dispensado Licenc.                            | 2100.01.0008306/2024-05 | NAR ARINOS                                  |
| 1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL |                         |   |
| Nome: Ronaldo da Silva Neiva                               |                         | CPF/CNPJ:<br>315.612.411-72                 |
| Endereço: Rua Leão Francisco Pires Nº 116                  |                         | Bairro: Vila Mariana                        |
| Município: Paracatu  | UF: MG                  | CEP: 38606-164                              |
| 2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL                 |                         |   |
| Nome: Ronaldo da Silva Neiva                               |                         | CPF/CNPJ:<br>315.612.411-72                 |
| Endereço: Rua Leão Francisco Pires Nº 116                  |                         | Bairro: Vila Mariana                        |
| Município: Paracatu  | UF: MG                  | CEP: 38606-164                              |
| 3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL                                 |                         |   |
|  |                         |   |

|   |   |                              |                                    |           |
|---|---|------------------------------|------------------------------------|-----------|
| Denominação: Fazenda Água Branca  |   | Área Total (ha):<br>240,6297 |                                    |           |
| Registro nº.: Matrícula 11.652 Livro: 2 Folha: 1 Comarca: Arinos-MG<br>Matrícula 11.721 Livro: 2 Folha: 1 Comarca: Arinos-MG  |   | Município/UF:<br>Urucuia-MG  |                                    |           |
| Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): MG-3170529-920D.DAE2.1EB5.4A71.B3FA.0229.BB8B.6BA0   |   |                              |                                    |           |
| 4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL AUTORIZADA   |   |                              |                                    |           |
| Tipo de Intervenção   |   | Quantidade                   | Un                                 |           |
| Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo   |   | 147,3604                     | ha                                 |           |
| 5. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA   |   |                              |                                    |           |
| Uso a ser dado à área   | Especificação                           | Área (ha)                    |                                    |           |
| Agricultura   | Sequeiro                                | 147,3604                     |                                    |           |
| 6. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA(s) ÁREA(s) AUTORIZADA (s) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL   |   |                              |                                    |           |
| Bioma/Transição entre Biomas  | Área (ha)                               | Fisionomia/Transição         | Estágio Sucessional, quando couber | Área (ha) |
| Cerrado   | 147,3604                                | Estricto Sensu               |                                    | 147,3604  |
| Total:  | 147,3604                                |                              | Total:                             | 147,3604  |
| 7. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO  |   |                              |                                    |           |
| Produto/Subproduto  | Especificação                           | Quantidade                   | Unidade                            |           |
| Lenha de floresta nativa  | Uso interno no imóvel ou empreendimento | 3007,5850                    | m³                                 |           |
| 8. RESGATE E DESTINAÇÃO DE FAUNA SILVESTRE TERRESTRE  |   |                              |                                    |           |
| Grupos autorizados: Avifauna, Herpetofauna, Mastofauna e Entomofauna  |   |                              |                                    |           |
| Responsável técnico pela coordenação geral: Antonio Allanilson Neres de Oliveira, CRBio 112463/04-D, CTF 7031406, ART 20241000101510  |   |                              |                                    |           |
| Equipe técnica: Antonio Allanilson Neres de Oliveira, CRBio 112463/04-D, CTF 7031406, ART 20241000101510. O médico veterinário Jean Costa da Silva, CRMV MG 23390, CTF 8248918, ART 489/24. |   |                              |                                    |           |
| Local de tratamento de animais feridos: Base provisória <i>in loco</i>  |   |                              |                                    |           |
| Destinação dos espécimes coletados:UnB – Brasília/DF  |   |                              |                                    |           |
| 9. RESPONSÁVEL (is) PELO PARECER TÉCNICO (nome e MASP) E DATA DA VISTORIA   |   |                              |                                    |           |

10. VALIDADE

|                             |  |
|-----------------------------|--|
| Data de Emissão: 09/04/2025 | Observações:<br><b>ESTE DOCUMENTO SÓ É VÁLIDO QUANDO ACOMPANHADO DA PLANTA TOPOGRÁFICA OU CROQUI DA PROPRIEDADE CONTENDO A LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO, DA RESERVA LEGAL E APP.</b> |
| Validade: 3 (três) anos.    |  |

11. COORDENADA PLANA DA ÁREA AUTORIZADA

| Tipo de intervenção   | Datum | Fuso        | Coordenada Planta (UTM) |           |
|---|-------|-------------|-------------------------|-----------|
|   |       |             | X                       | Y         |
| Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo | 23L   | SIRGAS 2000 | 446.549                 | 8.203.437 |

12. MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS FLORESTAIS

MEDIDAS MITIGADORAS

| MEIO FÍSICO, BIÓTICO E ANTRÓPICO | IMPACTOS  | MEDIDAS MITIGADORAS   |
|----------------------------------|---|---|
| SOLO                             | Durante a supressão, haverá a formação de áreas desnudas tende a aumentar. O movimento de máquinas nas operações de remoção das pedras e escavação do talude promove a desestruturação do solo e a alteração das características físicas do mesmo | monitoramento, a fim de evitar erosão e, conseqüentemente, o carreamento de particulados de solo e possível assoreamento nos cursos hídricos a jusante.             |
| RECURSOS HÍDRICOS                | Alteração da qualidade da água pelo carreamento de sólidos, emissão de material particulado.  | Adotar programas de conservação de água e solo, agilizar a cobertura do solo.   |
| AR                               | Haverá a produção de ruídos durante a supressão. Esses ruídos serão emitidos principalmente pelos maquinários, equipamentos e veículos que atuarem na frente de trabalho.   | Dessa forma, os trabalhadores deverão ser instruídos a utilizarem os EPI's, como abafadores auriculares, a fim de reduzir os níveis sonoros gerados pela atividade. |
| FLORA                            | Toda a vegetação existente ocorrerá a supressão das espécies arbustivas ali presentes.  | Preservação de áreas como reserva legal, APP e compensação florestal pela supressão   |

| FAUNA   | Com a supressão animais estarão perdendo áreas para viverem.  | Manter áreas de preservação na propriedade para abrigar a fauna e afugentamento da fauna nas frentes de supressão e recuperação de reserva legal e APP da propriedade. |
|---|---|--|
| <b>MEDIDAS COMPENSATÓRIAS FLORESTAIS</b><br><b>Condicionantes da Autorização para Intervenção Ambiental</b> |   |  |
| Item  | Descrição da Condicionante  | Prazo*   |
| 1   | Apresentar censo quali quantitativo dos indivíduos de pequi (caryocar brasiliense), com coordenadas geográficas, localizados dentro da área autorizada para supressão, em consonância as informações apresentadas no Inventário Florestal.  | 60 (sessenta) dias após a finalização da intervenção   |
| 2   | Apresentar projeto de compensação por supressão de 340 indivíduos de Barú ( <i>Dipteryx alata Vogel</i> ), conforme proposta detalhada e aprovada neste parecer.  | 60 (sessenta) dias após a finalização da intervenção   |
| 2   | Realizar a retificação do Cadastro Ambiental Rural - CAR, atualizando as áreas da propriedade com relação ao uso e ocupação do solo das áreas autorizadas para as intervenções ambientais conforme proposta detalhada e aprovada no parecer técnico, ficando vedada a retificação do CAR referente a localização da Reserva Legal e Áreas de Preservação Permanente aprovadas neste processo. | 90 dias contados a partir da realização da intervenção   |
| 3   | Não realizar a supressão de vegetação nativa, para uso alternativo do solo autorizada utilizando correntes com as extremidades presas a máquinas agrícolas ou outros veículos de tração, técnica popularmente conhecida como "correntão".   | Durante vigência do AIA  |
| 4   | Apresentar os Termos de Compromisso averbados em cartório das áreas de compensação florestal, sendo uma área de 3,00 ha, previstas no artigo 2º da Lei nº 13.047 de 17/12/1998, não inferiores a 2% das áreas de exploração de cerrado superiores a 100 hectares as quais foram tratadas no parecer único.  | 90 dias contados a partir da concessão da autorização  |
| 5   | Apresentar de relatório, contendo a descrição das ações de afugentamento, resgate, salvamento e destinação dos animais de fauna silvestre terrestre realizadas durante as atividades de supressão, conforme termo de referência disponível no site do IEF.  | 30 dias após a realização da supressão   |
| 6   | Apresentar de relatório de monitoramento das espécies da fauna silvestre terrestre ameaçadas de extinção, conforme termo de referência de monitoramento de fauna silvestre terrestre disponibilizado no site do IEF.  | anualmente, conforme conclusão do monitoramento, ao longo de um ciclo hidrológico completo   |

| Item | Descrição da Condicionante  | Prazo*  |
|------|---|---|
| 7    | Apresentar relatório de cumprimento das medidas compensatórias e mitigadoras apresentadas no programa de monitoramento de espécies ameaçadas de extinção.                     | anualmente  |
| 8    | Executar os Planos de Recomposição de Áreas Degradadas e Alteradas – PRADAs, conforme propostas detalhadas e aprovadas no parecer único.                                      | Anualmente, por um período de 5 (cinco) anos a iniciar um ano após a conclusão da intervenção ambiental. Com a apresentação de relatório técnico/fotográfico anual. |
| 9    | Realizar o cadastro como: Extrator ou Fornecedor de Produtos e Subprodutos da Flora (subatividade: lenha), no Portal ecossistemas, módulo de Serviços de Cadastro e Registro. | Antes do início da supressão;   |
| 10   | Realizar o cadastro como: Consumidor de Produtos e Subprodutos da Flora (subatividade: lenha), no Portal ecossistemas, módulo de Serviços de Cadastro e Registro.             | Antes do início da supressão;   |

### 13. OBSERVAÇÃO

*Esta autorização não dispensa nem substitui a obtenção, pelo requerente, de certidões, alvarás, licença s ou autorizações, de qualquer natureza, exigidos pela legislação Federal, Estadual ou Municipal.*

*Declaro estar ciente das obrigações assumidas através deste documento e declaro ainda ter conhecimento de que a não comprovação do uso alternativo do solo no curso do ano agrícola acarretará no pagamento de multa e implementação de medidas mitigadoras ou compensatórias de reparação ambiental, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.*



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Roberto Batista Guimarães, Supervisor Regional**, em 10/04/2025, às 14:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **111319373** e o código CRC **29609670**.